

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

Vinicius de Miranda<sup>†</sup>

A tradicional divisão do sistema geopolítico mundial que classificava os países em três blocos chamados de “mundos” foi superada com a queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética, no final da década de 1980 e início da década de 1990. No antigo contexto, os países latino-americanos, independentes de suas conjunturas nacionais, eram comumente classificados como inseridos no sistema capitalista, porém de maneira subalterna, enquadrados no “Terceiro Mundo” (à exceção de Cuba).

Foram muitas tentativas, ao longo do período conhecido como Guerra Fria, de movimentos abaixo da fronteira estadunidense, para romper com a situação política encontrada em seus países, corriqueiramente marcada por situações econômicas e sociais precárias e participantes do mercado mundial de forma absolutamente dependente.

Há hoje um novo cenário das relações internacionais de países do hemisfério sul-americano. O Brasil, nos primeiros anos do século XXI, é um país muito diferente de décadas anteriores. Uma profunda transformação em sua estrutura econômica, social e política ocorreu nesse meio tempo, tornando o país completamente integrado “no circuito internacional da divisão de trabalho capitalista”, ainda que de maneira subalterna (FONTES, 2010, p. 304). Segundo a historiadora Virgínia Fontes (2010, p. 304), esse processo seguiu a seguinte sequência de marcos:

sob a ditadura civil-militar de 1964, ocorreu impactante impulso à monopolização da economia, ao lado da implantação de um sistema financeiro. Não houve ruptura ou quebra de continuidade nesse processo de concentração monopólica e dependente, desde então. Nem a chamada década perdida, nem a abertura dos mercados promovida pelo governo Collor e seu aprofundamento sob o governo Fernando Henrique, assim como as duas fortes crises econômicas em 2000 e 2008, reduziram o impulso concentrador do capital no país. Ao contrário, quanto mais dramática foi a crise social, mais parecem ter saído fortalecidos os setores mais concentrados. Sem negar o impacto econômico de tais crises, vale lembrar que elas atuaram como facilitadoras para massivas expropriações, em todos os setores da vida social (terras, águas, direitos laborais e outros etc.).

Foi a partir do contexto histórico descrito acima que Luiz Inácio Lula da Silva alcançou o governo federal, em vitória eleitoral de 2002, representando o Partido dos Trabalhadores. Para

---

<sup>†</sup> Professor de História e Sociologia do Ensino Médio do Colégio Alzira Bittencourt, Mestre em Ciência Política pela Unicamp.

Fontes (2010), mesmo “com um programa muito distante das lutas históricas e universalizantes que marcaram os primeiros tempos do PT”, esse momento histórico significou uma manifestação de resistência à consolidação da ordem social imposta pelo capital no país nas últimas décadas.

No entanto, a condução política das presidências da República de Lula da Silva e Dilma Rousseff representou uma contradição com os seus respectivos discursos para a população brasileira, especialmente durante as eleições. Segundo o historiador Marcelo Badaró Mattos, o papel desses governos foi o de garantir “interesses da classe dominante, em especial no que diz respeito à estabilidade da ordem capitalista no Brasil” (MATTOS, 2013, p. 1).

O principal elemento apontado por Mattos para sustentar sua análise foi o papel dos governos petistas “na estabilização da dominação de classes no Brasil, qual seja a da montagem ou aperfeiçoamento dos mecanismos de construção de consensos e de exercício da coerção sobre a classe trabalhadora” (MATTOS, 2013, p. 1). Isso, para ele, se manifestou nas relações desses governos com o sindicalismo, onde houve uma “incorporação” dos dirigentes sindicais “aos marcos da administração dos interesses do capital” (MATTOS, 2013, p. 2).

Para o economista João Machado (2013, p. 2), os governos petistas, desde o início, foram propostas para “administrar o Estado burguês e o capitalismo brasileiro”, a partir da ideia de “colaboração de classes”. Para ele, “certamente não houve ruptura com o neoliberalismo”<sup>1</sup> por parte desses governos (MACHADO, 2013, p. 2). Isso se evidencia:

[...] com a manutenção e a radicalização dos pilares da política macroeconômica do segundo governo de F. H. Cardoso: regime de metas de inflação e compromisso com a manutenção de um superávit fiscal primário elevado, ambos tipicamente neoliberais. Até pelo menos 2011, o Banco Central do Brasil praticou uma política monetária especialmente conservadora (depois, houve uma redução do grau de conservadorismo, mas seu quadro geral foi mantido) (MACHADO, 2013, p. 2-3).

Machado (2013, p. 2-3) ainda admite que, no final do primeiro mandato de Lula da Silva, “começou a haver uma tentativa muito limitada de recuperar algum papel de ‘desenvolvimento’” com o Programa de Aceleração do Crescimento, embora muito distante da ideia de “desenvolvimentismo” elaborada no Brasil e restante da América Latina. Os esforços para promover o crescimento industrial no país combinaram-se com o abandono de uma política de reformas de base e a “perspectiva de o Brasil se tornar o maior exportador mundial de produtos agrícolas” (MACHADO, 2013, p. 2-3).

<sup>1</sup> O economista inglês John Williamson (1990), criador da expressão “Consenso de Washington”, resumia em dez pontos gerais as regras básicas que um Estado deveria seguir para que fosse seguida a cartilha neoliberal: disciplina fiscal, com limitação dos gastos do Estado à arrecadação, eliminando o déficit público; redução dos gastos públicos; reforma tributária, que ampliasse para ampliar a base de incidência da carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; liberalização financeira, com o fim de restrições que impediam as instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais, e o afastamento do Estado do setor; garantir competitividade da taxa de câmbio; liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; privatização, com a venda de empresas estatais; desregulamentação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; e, por fim, o direito à propriedade intelectual.

Além disso, parte da atuação do Estado brasileiro, através de seus mandatários, desde 2003, atuou com certo protagonismo para privilegiar os setores sociais e econômicos que historicamente sempre foram os beneficiários das políticas neoliberais. Ricardo Antunes (2014, p. 1) mostra que o governo Lula, por exemplo,

[...] não só abriu o nosso país a uma transnacionalização da economia, como pegou o empresariado pela mão – as empreiteiras, por exemplo – e transnacionalizou, permitindo que essas grandes empresas possam fazer outros trabalhos na América Latina, na África e em outros continentes. Isto é, o governo Lula foi uma surpresa muito bem-sucedida para os grandes capitais.

Em 2004, a partir da tese dos anos 1990, tendo sido a *década da desertificação social e política neoliberal*, o autor já mostrava que o governo Lula representava uma continuidade das políticas neoliberais de seus predecessores, na medida em que sua primeira grande reforma – a da previdência – foi agendada pelo FMI e significou um ataque a uma das mais importantes bases sociais do PT e da contestação ao neoliberalismo: o funcionalismo público brasileiro (ANTUNES, 2004, p. 3).

A chamada “transnacionalização da economia” é evidenciada na pesquisa de Virgínia Fontes. Para ela, as burguesias brasileiras realizam no período das gestões petistas “uma fuga para a frente capital-imperialista”, cujo alvo principal são os países da América do Sul, num processo de exportação de capitais para estas economias (FONTES, 2010, p. 339).

Exemplos da exportação de capitais brasileiros são a compra da Petrobras<sup>2</sup> e da Pecom<sup>3</sup>, na Argentina. No Peru, a mesma empresa brasileira, desde 2002, realiza também uma expansão de capitais brasileiros, reforçada pela “implantação da Companhia Vale do Rio Doce e através da aquisição, pela Votorantim Metais-VM, da Refinaria Zinc Cajamarquilla” (FONTES, 2010, p. 340). Paraguai, Bolívia e Equador também foram alvos de processos semelhantes de grandes invasões de capitais brasileiros.

A expansão de capitais com sede no Brasil não se limitou, durante os governos petistas, aos países sul-americanos. Países como Canadá, África do Sul, Filipinas e outros também foram cenário de grandes investimentos vindos do Brasil, com vultosas linhas de crédito especiais promovidas pelo BNDES<sup>4</sup> (FONTES, 2010, p. 342).

A partir da nova conjuntura, não é correto mais classificar o Brasil como um país de “terceiro mundo” ou mesmo toda essa divisão conceitual do mundo deve ser revista. A obra da historiadora Virgínia Fontes, mais do que exemplificar as mudanças conjunturais do Estado brasileiro e sua política econômica internacional, apresenta um debate sobre as mudanças estruturais do modo de produção e de vida da sociedade brasileira em quase meio século. É a discussão acerca do conceito de capital-imperialismo brasileiro.

<sup>2</sup> Empresa petrolífera criada em 1953. É a maior empresa estatal do país hoje (FARIA, 2015).

<sup>3</sup> A Pecom Energía S.A., empresa de energia argentina, foi comprada pela Petrobrás em 2003 (AGÊNCIA BRASIL, 2015).

<sup>4</sup> A Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). O objetivo da nova autarquia federal era ser o órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico (BNDES, 2015).

## A etapa capital-imperialista

O reconhecimento de um desenvolvimento socioeconômico do país complexo e com muitos movimentos contraditórios, que refletem, em grande medida, a dinâmica da luta de classes no país, levou-o a um cenário inédito nas décadas de 1990 em diante. A historiadora Virgínia Fontes vai definir este período histórico como capital-imperialista.

O conceito de capital-imperialismo vem de imperialismo, que é apropriado da perspectiva de Lenin de que o capitalismo, “na virada do século XIX para o século XX”, provocou “uma alteração substantiva que converteu o capitalismo concorrencial em imperialismo, ou capitalismo monopolista” (FONTES, 2010, p. 145).

O capital-monopolista representou um “salto escalar no processo de expropriações sociais, primárias e secundárias”, que evoluíam na medida em que se expandiam. No capital-imperialismo há a “mais extrema potencialização da propriedade capitalista”, que é “abstrata, desigualmente socializada e extremamente destrutiva”. Outra característica importante é o “predomínio do capital monetário” (FONTES, 2010, p. 146).

Virgínia Fontes (2010, p. 147) destaca dois “usos” para o conceito de imperialismo. A primeira parte da “suposição de que o capitalismo sempre fora imperialista”, e que apenas mudaria seu “alcance e formato, não mais se relacionando a um período no qual a ação das forças desatadas pela dinâmica capitalista” mudou as condições deste sistema em si.

O segundo “uso” do imperialismo é “empregado de maneira contraída, como quase sinônimo da expansão imperialista de um único país, os Estados Unidos” (O conceito assim interpretado foi muito fortalecido pela Guerra Fria e ilustrava a dominação dos EUA na América Latina) (FONTES, 2010, p. 148).

Para Fontes (2010, p. 191-192), apesar de a Guerra Fria ter como marco histórico definitivo a derrubada do muro de Berlim, em 1989, desde a década de 1970, “as condições econômicas, políticas e culturais já exibiam a modificação que as décadas anteriores impulsionaram” no mundo. As corporações multinacionais dominavam o mundo e, “politicamente, já estava dilatado internacionalmente o formato organizativo cosmopolita e encapsulador, que acoplava entidades econômicas, de ação direta e cultural, voltadas para a extensão da sociabilidade do capital” (FONTES, 2010, p. 191-192).

No entanto, “lideranças políticas e econômicas do país preponderante, os Estados Unidos, passaram a atuar em direções contraditórias”, que são exemplificadas em crises do capitalismo internacional, como a de 1974-75 (FONTES, 2010, p. 192-193). O modelo de grandes conglomerados tornou-se obsoleto por expandir o capital de maneira lenta e pesada. Mesmo sem eliminá-los, “o capital-imperialismo modificaria seu perfil, adequando-o ao de centros internamente competitivos de produção de valor, ou de valorização do capital” (FONTES, 2010, p. 197).

Dessas reconfigurações resulta e “evidencia-se a propriedade fundamental [...], em seu ponto máximo de concentração, expressa pelo predomínio do capital monetário”. Para além do aspecto de ser “propriedade direta dos meios diretos de produção”, tal perspectiva era “propriedade da possibilidade efetiva de impor e/ou de sobrepor-se a qualquer forma de extração

de mais valor, qualquer que seja o montante exigido” (FONTES, 2010, p. 198).

Segundo Fontes (2010, p. 198), “foi esta nova escala de propriedade de recursos sociais de produção que imperativamente dilacerou bilhões de seres sociais” e impôs “condições mais duras para extração de valor, assegurando meios para atravessar ainda mais ágil e velozmente as fronteiras – embora sempre mantendo e/ou forjando Estados”. Ficou evidente que “a contradição fundamental se torna cada vez mais imediata entre a propriedade capitalista” e o “conjunto da humanidade”.

Nesse cenário, “o capital-imperialismo (ou o imperialismo monetário), de maneira tentacular, assenhoreou-se da direção dos espaços organizativos econômicos e políticos” e passou a se impor com modificações nas leis “que traduzissem suas exigências através das ‘concertações’ e das ‘contrarreformas’” (FONTES, 2010, p. 199). Com essas condições, foi possível a transnacionalização das empresas com sede no país, permitindo que a nova política econômica internacional do Brasil fosse posta em prática.

O Brasil capitaneou ainda mais sua condição de inserção mais protagonista na política internacional mundial com foco na exploração de economias sul-americanas, a partir da premissa de uma política de integração regional supostamente contra-hegemônica a organismos como o FMI e o Banco Mundial. Portanto, mesmo que de forma subalterna, em comparação a países europeus, Estados Unidos e China, o país tupiniquim participa hoje do jogo político internacional em condições bem diferentes de seus vizinhos de continente.

## Referências

AGÊNCIA BRASIL. Empresa Brasil de Comunicação. *Governo argentino aprova a compra da Pecom pela Petrobras*. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-05-13/governo-argentino-aprova-compra-da-pecom-pela-petrobras/>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula*. São Paulo: Autores Associados, 2004.

BNDES. *História*. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/0\\_BNDES/A\\_Empresa/historia.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/0_BNDES/A_Empresa/historia.html)>. Acesso em: 13 mar. 2015.

BORGES NETO, João Machado. *Os governos do PT: poucas mudanças, nenhuma ruptura*. Disponível em: <<http://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

FARIA, Caroline. *Petrobras e petróleo no Brasil*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/petrobras-e-o-petroleo-no-brasil/>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Dez anos de governo petista e a consolidação da dominação burguesa no Brasil*. Disponível em: <<http://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

WILLIAMSON, John. What Washington means by policy reform. In: WILLIAMSON, John. *Latin American adjustment: how much has happened?* Washington: Institute for International Economics, 1990, pp.7-20.